



## Controle Judicial da Administração Pública

### Autor(res)

Stênio Ribeiro De Oliveira  
Carlos Henrique De Campos

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### Introdução

Os sistemas de controle na administração pública brasileira desempenham um papel crucial na promoção da integridade, na prevenção de irregularidades e de corrupção no âmbito da administração pública. O controle judicial é, portanto, garantia da legalidade e proteção contra excessos, até mesmo quando o ato não segue o modelo tradicional da administração. Mesmo sendo realizado pelas outras formas de controle isoladas, independentes, estão sujeitos ao controle do Judiciário que atua com mecanismos legais para corrigir ilegalidades e abusos, seja em atos típicos ou em funções administrativas atípicas. O Judiciário não substitui a administração e nem seus atos, porém, garante o respeito à lei e ao mecanismo de controle.

### Objetivo

Apresentar um elo entre os atos administrativos, respeitando a autonomia de cada ente ou ato, porém com um respaldo do controle judiciário em atos que violem normas e leis.

### Material e Métodos

Para podermos analisar os princípios aplicáveis temos a legalidade, que são os atos que devem respeitar a lei e as normas constitucionais, também temos a, finalidade, porque o objeto do ato deve sempre atuar em favor - ou para proteger - o interesse público, além da moralidade e da ética na atuação da administração pública, e a eficiência, que otimiza os recursos e seus resultados. O Brasil adota o modelo inglês da jurisdição una, e não o modelo francês do contencioso administrativo, todas as coisas são decididas pelo Poder Judiciário, mesmo que envolvam interesse da administração.

### Resultados e Discussão

O controle judicial além de atuar isoladamente, auxilia, ao se conectar com todas as esferas. Há também, instrumentos de atuação e discussão, que são os remédios constitucionais totalmente eficazes para o auxílio e resoluções de lide, eles são totalmente eficazes ?, tais como, o mandado de segurança, habeas corpus, habeas data, ação popular. Todos para além de auxiliar o controle judicial, esses remédios podem ser preventivos (antes do ato produzir efeito) ou repressivo (corrigindo atos ilegais), para segurança jurídica. Assim o controle judicial independente tem como objetivo equilibrar e dar legalidade e transparência ou auxiliando outros atos quando for acionado.



## Conclusão

O controle de atos administrativos é compatível com a separação dos poderes, pois, visa que o Executivo, o Legislativo e a autotutela da administração pública atue dentro dos limites da legalidade, sem usurpar as competências dos outros poderes. Assim, o Poder Judiciário não pode intervir na discricionariedade da administração sem ser provocado, isso ocorre porque todos os seus elementos são definidos pela lei, cabendo ao Judiciário verificar a conformidade do ato com o ordenamento jurídico.

## Referências

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo 34, ed Rio de Janeiro: Forense, 2021

Brasil [constituição (1988)]. Constituição da República do Brasil. de 1988s. Brasília, DF.